



INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

**Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)**

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Investigação Científica nas Ciências Humanas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	Investigação científica nas ciências humanas [recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Humanas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-391-0 DOI 10.22533/at.ed.910191806 1. Ciências humanas. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II.Série. CDD 300.72
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Investigação Científica nas Ciências Humanas - Parte 1” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

O papel da investigação científica é amplamente debatido em todos os países desenvolvidos e conseqüentemente, faz parte de todas as agendas políticas. Assumamos, pois, a importância da investigação científica que levamos a cabo pela pertinência dos estudos desenvolvidos face à de outros, e pelo impacto dos resultados junto da comunidade científica.

No caso da investigação científica em educação, é muito acentuada a relação entre investigação e política ou, se assim se quiser pensar, a dimensão política da investigação. Com efeito, a escolha dos temas reflete as preocupações dos investigadores, seja no aprofundamento de referenciais teóricos, seja na compreensão de problemas educativos e formas de os resolver.

É possível afirmar que sem pesquisa não há ensino. A ausência de pesquisa degrada o ensino a patamares típicos da reprodução imitativa. Entretanto, isto não pode levar ao extremo oposto, do professor que se quer apenas pesquisador, isolando-se no espaço da produção científica. Por vezes, há professores que se afastam do ensino, por estratégia, ou seja, porque do contrário não há tempo para pesquisa. Outros, porém, induzem à formação de uma casta, que passa a ver no ensino algo secundário e menor. Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso: o ensino é a razão da pesquisa, se não quisermos alimentar a ciência como prepotência a serviço de interesses particulares. Transmitir conhecimento deve fazer parte do mesmo ato de pesquisa, seja sob a ótica de dar aulas, seja como socialização do saber, seja como divulgação socialmente relevante. (DEMO, 2001)

Para que se tenha um progresso na qualidade do ensino nos seus diversos níveis é necessário que a pesquisa exerça o papel principal dentro e fora de sala de aula, e que apresente um elo para com a prática pedagógica do docente, promovendo uma formação crítica e reflexiva.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS BRASILEIROS SOB ANÁLISE: PENSANDO AURORAS POSSÍVEIS	
Lorena Santos da Silva Paula Côrrea Henning	
DOI 10.22533/at.ed.9101918061	
CAPÍTULO 2	11
A EXPERIÊNCIA DE SER CRIANÇA EM WALTER BENJAMIN	
Eduarda Aleycha Luciano Santana Paula Ramos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9101918062	
CAPÍTULO 3	23
A GEOPOLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS NA “DOCTRINA TRUMP” E A ORDENAÇÃO MUNDIAL	
Matheus Seiji Bon im Takiuchi	
DOI 10.22533/at.ed.9101918063	
CAPÍTULO 4	35
A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Paula Scherer Mariela Camargo Masutti	
DOI 10.22533/at.ed.9101918064	
CAPÍTULO 5	46
SEXUALIDADE E SUAS ARTICUÇÕES NO ESPAÇO DE ENSINO APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS	
Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9101918065	
CAPÍTULO 6	61
A INFLUÊNCIA DO ESPAÇO CÊNICO NA CENA SHAKESPEARIANA: IMPASSES DA MONTAGEM DO HAMLET DO TEATRO DE ARTE DE MOSCOU	
Edilaine Dias	
DOI 10.22533/at.ed.9101918066	
CAPÍTULO 7	73
A OBRA SPACCIO DE LA BESTIA TRIONFANTE: COMO REFLEXO DA CRISE RELIGIOSA ENTRE REFORMADOS E CATÓLICOS NO SÉCULO XVI	
Raimundo Pedro Justino de Orlanda Ideusa Celestino Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9101918067	
CAPÍTULO 8	85
A PARADIPLOMANIA NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÕES	
Lucas Lima Da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.9101918068	

CAPÍTULO 9	98
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UM ESTUDO SOBRE ESCOLAS ESTADUAIS	
Letícia Prevideli Scarabello Vera Lucia Messias Fialho Capellini	
DOI 10.22533/at.ed.9101918069	
CAPÍTULO 10	107
APRENDENDO MATEMÁTICA ATRAVÉS DE RECURSOS LÚDICOS: UM ESTUDO VOLTADO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Andressa Nunes Martins	
DOI 10.22533/at.ed.91019180610	
CAPÍTULO 11	116
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO USO DE DROGAS EM MULHERES QUE CONVIVEM COM DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	
Ana Maria Kuse Cassandra Borges Bortolon	
DOI 10.22533/at.ed.91019180611	
CAPÍTULO 12	130
ATIVIDADE EXTRATIVISTA MADEIREIRA E URBANIZAÇÃO NO EXTREMO SUL DA BAHIA (1948-1972)	
Luísa Dias Silva Márcio Soares Santos	
DOI 10.22533/at.ed.91019180612	
CAPÍTULO 13	139
COMPREENSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO POR ATORES DO TURISMO: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DA UNESP – CAMPUS DE ROSANA	
Guilherme Henrique Barros de Souza Elisama de Souza Franco Leticia Sabo Boschi	
DOI 10.22533/at.ed.91019180613	
CAPÍTULO 14	151
CRIATIVIDADE: CAMINHOS, DESVIOS E RETOMADA	
Maria Luiza Ramos Tonussi Eliane Patricia Grandini Serrano	
DOI 10.22533/at.ed.91019180614	
CAPÍTULO 15	163
DESPERTANDO UM OLHAR GEOGRÁFICO E AMBIENTAL NOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA E.E. JOSEPHA CUBAS DA SILVA SOBRE A CANALIZAÇÃO DOS CORPOS HÍDRICOS	
Fábio César Martins Thiago José de Oliveira Márcia Cristina de Oliveira Mello	
DOI 10.22533/at.ed.91019180615	

CAPÍTULO 16	175
DOM VITAL E A QUESTÃO RELIGIOSA NO SEGUNDO REINADO	
Rodrigo Dantas de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.91019180616	
CAPÍTULO 17	194
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BICA DO IPU, CEARÁ: DESAFIOS PARA A BUSCA DE SUSTENTABILIDADE	
Francisca Lusimara Sousa Lopes	
Vanda Claudino Sales	
DOI 10.22533/at.ed.91019180617	
CAPÍTULO 18	198
EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA AOS TRABALHADORES DO PROJETO PROFISSÃO CATADOR DA UNICRUZ: ORGANIZANDO SABERES PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA	
Ieda Márcia Donati Linck	
Esther Teixeira Carvalho	
Ane Elise de Souza Fiuza	
DOI 10.22533/at.ed.91019180618	
CAPÍTULO 19	211
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO ATRAVÉS DO MODELO DE NEGÓCIO CANVAS	
Cláudia Rafaela Schneiders	
Roberto Schuster Ajala	
Luciana Scherer	
Lucas Ivan Grimm	
DOI 10.22533/at.ed.91019180619	
CAPÍTULO 20	227
ESCOLA SEM PARTIDO: LUTA IDEOLÓGICA NO ESPAÇO ESCOLAR	
Eduardo Danilo Ribeiro dos Santos	
Aparecida Maria Almeida Barros	
DOI 10.22533/at.ed.91019180620	
SOBRE A ORGANIZADORA	237

ATIVIDADE EXTRATIVISTA MADEIREIRA E URBANIZAÇÃO NO EXTREMO SUL DA BAHIA (1948-1972)

Luísa Dias Silva

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Teixeira de Freitas-Ba

Márcio Soares Santos

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Teixeira de Freitas-Ba

RESUMO: A crescente ocupação do território do Extremo Sul da Bahia, região de proximidade com o Norte do Espírito Santo e o Nordeste de Minas Gerais, foi estimulada pelo extrativismo madeireiro já nos anos 1940. Até esse período tratava-se de território de livre circulação de grupos indígenas, com a presença de pequenos agricultores, comunidades negras, ribeirinhos, mineiros. Ao longo dos anos 1950 e 1970, com a expansão do extrativismo madeireiro foi se desenvolvendo a pecuária e a agricultura. Ao poucos o povoamento crescente foi se transformando em processos mais complexos de ocupação. Os povoados que se constituíram anteriormente no entorno da Estrada de Ferro Bahia-Minas e dos rios navegáveis, em função de atividades econômicas de produção e circulação de produtos locais vendidos para outras cidades e que adquiriam produtos de outras localidades, passaram por processos de alteração, sobretudo com a abertura de estradas de rodagem. Para uma região que estava

em relativa situação de isolamento político, a construção de estradas promovia a abertura de novas possibilidades produtivas e comerciais. O extrativismo madeireiro sistemático e a abertura de novos caminhos comerciais modificou a estrutura socioeconômica do interior do extremo sul da Bahia, lançando as bases de novos processos de urbanização.

PALAVRAS-CHAVE: Extremo Sul da Bahia; extrativismo madeireiro; urbanização.

EXTRATIVISTIC ACTIVITY OF WOOD AND URBANIZATION IN THE SOUTHERN EXTREME OF BAHIA (1948-1972)

ABSTRACT: The increasing occupation of the territory of the Extreme South of Bahia, region of proximity with the North of the Espírito Santo and the Northeast of Minas Gerais, was stimulated by the wood extraction in the 1940s. Until this period, it was a territory of free circulation of indigenous groups, with the presence of small farmers, black communities, riverside, mining. Throughout the 1950s and 1970s, with the expansion of wood extraction, livestock and agriculture were developed. Gradually the growing settlement was transformed into more complex processes of occupation. The settlements that were previously set up around the Bahia-Minas Railroad and navigable rivers,

due to economic activities of production and circulation of local products sold to other cities and purchasing products from other localities, underwent alteration processes, especially with the opening of roads. For a region that was in relative situation of political isolation, the construction of roads promoted the opening of new productive and commercial possibilities. Systematic wood extraction and the opening of new trade routes have modified the socioeconomic structure of the interior of the Extreme south of Bahia, laying the foundations for new urbanization processes.

KEYWORDS: Extreme South of Bahia; wood extraction; urbanization.

INTRODUÇÃO

A ocupação do território do extremo sul da Bahia é inicialmente obra do extrativismo madeireiro, em meados da década de 1940. No extremo sul começam a surgir congregações franciscanas, nos povoados maiores. Até esse momento o território contava com grupos indígenas, pequenos agricultores, posseiros, populações ribeirinhas, etc. Entre os anos 1940 e 1960 foi sendo introduzida a pecuária e a monocultura agrícola.

Ao crescimento dos povoados e distritos seguiram processos de urbanização. A abertura de rodovias federais, inicialmente com BR-5 e depois com a conclusão das obras BR 101 na região, contribuiu para o crescimento populacional. Com as políticas desenvolvimentistas nacionais dos anos 1950-1970 foram sendo feitos investimentos governamentais em infraestrutura e integração econômica.

A formação do extremo sul levada a cabo pelo avanço do extrativismo madeireiro predatório e sistemático e da pecuária extensiva levou a ocupação de vastas áreas de terra, atraindo muitas pessoas ao território, gerando conflitos sociais e políticos.

MADEIRAS NOBRES, POVOAMENTO E O INÍCIO DA URBANIZAÇÃO NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Os processos produtivos da exploração predatória e sistemática de madeiras de lei, empreendidos pelas primeiras médias e grandes empresas madeireiras a se instalarem na região, têm início entre a passagem da década de 1940 para a de 1950. Os madeireiros e as serrarias, como ficaram conhecidos os homens que comandavam a extração de madeira na Mata Atlântica e os empreendimentos que a beneficiavam, começaram a acorrer cada vez mais para o extremo sul da Bahia, provenientes do norte do Espírito Santo, nordeste mineiro e de outras regiões baianas.

O extrativismo madeireiro empresarial nascente no extremo sul não seguiu um plano estabelecido pelo poder público, mas se deveu ao interesse econômico privado, de madeireiros, serrarias e fazendeiros. Mas o extremo sul dessa época, território que nem mesmo era assim chamado oficialmente, fazendo parte do antigo Sul baiano, não atraía apenas a cobiça material, mas atendia também aos apelos espirituais.

Durante a primeira metade do século XX o extremo sul da Bahia começou a

receber visitas de missionários católicos franciscanos com vistas à instalação de futuras congregações nos povoados em expansão, vindo, sobretudo, do nordeste mineiro (HOOIJ, 2011). Em meados do século XX a Igreja Católica já estava instalada no litoral baiano no extremo sul. A ocupação do território mais ao sul da Bahia estimulada pelo extrativismo madeireiro se deu a partir dos anos 1940 (CERQUEIRA-NETO, 2011). Até esse período tratava-se de território de livre circulação de grupos indígenas, com a presença de pequenos agricultores, comunidades negras, ribeirinhos, mineiros. Além do extrativismo madeireiro, ao longo dos anos 1950 e 60, foi se desenvolvendo a exploração da pecuária bovina e a agricultura (KOOPMANS, 2005).

Alguns motivos colaboraram para a chegada dos primeiros frades franciscanos no extremo sul da Bahia em 1939, e durante as décadas seguintes (HOOIJ, 2011). Por essa época, estavam sendo iniciados esforços de definição topográfica e mapeamento territorial das terras do extremo sul da Bahia (KOOPMANS, 2005). Frei Samuel foi a primeira autoridade franciscana a buscar presença religiosa no extremo sul. De origem holandesa, fez a primeira viagem de exploração de Cachoeira da Meia-Légua, em 1916, lugar de divisa natural entre Minas Gerais e Bahia, local em que o rio Jucuruçu atravessa a Serra dos Aimorés (HOOIJ, 2011). Frei Samuel procurou conhecer o local para melhor conduzir o seu trabalho missionário. Mas somente em 1939 chegam aos municípios baianos litorâneos de Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaça, Prado e Porto Seguro lideranças religiosas, Frei Feliciano, Frei Celestino, Frei Leobino e os padres Antônio Avelino e Emiliano, com a missão de fundar congregações nestas localidades.

Contudo, o movimento franciscano que atingirá o litoral baiano do extremo sul teve início no princípio do século XX. Em 1903 congregações franciscanas instalam-se nos municípios mineiros de Ouro Preto e São João Del-Rey. Seguem em direção ao nordeste mineiro até atingir o município de Teófilo Otoni. A movimentação seguinte se deu em direção ao extremo sul da Bahia, inicialmente no litoral. Esse empreendimento contou com o apoio de transporte feito praticamente todo ele por meio de animais de carga, o que indica que até os anos 1930 a precariedade das ramificações de estradas ligando os lugares de partida e chegada dos franciscanos até a Bahia, praticamente inexistindo quanto ao interior selvagem do extremo sul.

Inicialmente foi frei Olavo o responsável por receber do Vigário Capitular a provisão das paróquias de Prado, Alcobaça, Caravelas, Viçosa e Mucuri, incluindo os seus distritos. A chegada de frei Olavo despertou resistência de membros da Irmandade de São Bernardo, em razão de sua não proveniência da capital Salvador como desejado. Contudo a chegada de frei Olavo foi necessária, pois seus antecessores, frei Oto e frei Florino deixaram o comando da Diocese em 1945, quando frei Oto adoeceu. As paróquias necessitavam de padres diocesanos. Frei Olavo tomou posse em Alcobaça.

Frei Olavo dirigiu a administração paroquial de toda essa região por mandado de Dom Felipe Conduru Pacheco, entre 1946 e 1950 (HOOIJ, 2011). Depois, uma reordenação fez com que os frades instalados em Caravelas ficassem encarregados

da administração apenas das paróquias de Prado e Alcobaça. Estas eram localidades relativamente povoadas, sendo a exploração do cacau, a produção agrícola de cereais, a retirada de madeiras nobres e o comércio regional as atividades econômicas mais importantes. Por essa época, o empresário e político mineiro Teófilo Otoni já havia feito importantes investimentos em companhias de navegação entre as bacias hidrográficas de Minas Gerais e Bahia; ademais, desde o final do século XIX a Estrada de Ferro Bahia Minas (EFBM) já interligava os territórios de Caravelas à fronteira mineira. No início dos anos 1940 a EFBM partia do porto de Caravelas, chegava ao seu destino final, em Araçuaí, no vale mineiro do rio Jequitinhonha. Somente em 1966 as atividades da Bahia-Minas foram completamente encerradas, sendo o modal ferroviário substituído paulatinamente pelo sistema rodoviário.

Com o extrativismo madeireiro sistemático, o avanço da pecuária bovina extensiva e a abertura de novas estradas regionais e federais houve a expansão da economia regional e, conseqüentemente, do povoamento. O trabalho missionário no extremo sul, por seu lado, beneficiou-se dessa expansão e penetrou no interior do território. Contudo, ao longo dos anos 1940 a presença de franciscanos nessa região ainda era pequena. Chegar aos povoados nucleares era um processo demorado e, por vezes, arriscado. Exigia disposição física, motivação espiritual e capacidade de adaptação. Havia risco iminente de contato com animais selvagens perigosos, choques com populações indígenas nativas e acometimento por doenças tropicais, a exemplo da malária, que atingia fortemente as populações locais e, muitas vezes, mortalmente os “desbravadores”.

Com o tempo as estradas e as transformações socioeconômicas levaram a processos de povoamento mais intensos e urbanização (OLIVEIRA-JR, 2014). Como foi dito, a abertura da rodovia federal BR-5, que procurava interligar o Espírito Santo à capital baiana, estimulou o crescimento populacional no extremo sul. Reforçada pelo extrativismo madeireiro, os novos fluxos de migrantes levou ao surgimento de vários povoadamentos.

A crescente presença de autoridades religiosas católicas nessa região é indicação do seu poder de atração regional. O movimento missionário não gerou processos amplos de ocupação territorial no extremo sul, mas os estimulou de alguma forma. Muitos frades que vieram com o intuito de estudar a região se depararam com outras correntes de ocupação, atraídos pela pelos recursos naturais abundantes. Os confrontos em torno da posse da terra, a exploração predatória dos recursos naturais, o relativo isolamento territorial e o incremento populacional geraram uma miríade de conflitos sociais, políticos e ambientais no extremo sul, alguns, inclusive, bastante dramáticos, a exemplo da pistolagem e da vertiginosa degradação da cobertura de Mata Atlântica, com conseqüências que chegam aos dias atuais (A POSSE...).

A crescente exploração dos recursos florestais expandiu a área de ocupação de terras e estimulou a criação de gado, sobretudo bovino. Inicialmente, a expansão da atividade econômica, vinculada à renda da terra, deparou-se com a baixa oferta de

força de trabalho local. Há razões para crer que trabalhadores foram trazidos de Minas Gerais e Espírito Santo para realizar atividades no extremo sul. Além desses, boa parte dos madeireiros também vieram desses estados fronteiriços. A formação social do extremo sul baiano foi um processo conturbado:

[...] território praticamente inexplorado economicamente [até meados do século passado], região de intensas confluências político-culturais da Bahia, de Minas Gerais e do Espírito Santo, costurado territorialmente por bacias hidrográficas desses três estados brasileiros, em poucas décadas foi alvo do “progresso” que gerou riqueza, crescimento e urbanização, mas também aviltamento, degradação, desorganização e violência (SANTOS, 2017, p.09).

Operou no período da formação territorial do extremo sul da Bahia uma concepção “progressista”, que de alguma maneira guarda relação com a ideologia desenvolvimentista nacional. O desenvolvimentismo considerava estratégicas a instalação de infraestrutura – estradas, energia, maquinaria etc. – e a integração econômica nacional. Contudo, os processos posteriores de povoamento e urbanização do território não podem ser explicados por estímulos dados pelo poder público do estado da Bahia, mas antes são desenvolvimentos frutos da atividade econômica privada:

O extrativismo sistemático forneceu os estímulos urbanizantes iniciais. Os possíveis acordos com a abertura de estradas indicam, por um lado, o interesse dos poderes públicos locais no alargamento comercial do extremo sul baiano, que resultaria em elevação de arrecadação; por outro, a carência local de recursos próprios para tocar investimentos econômicos (SANTOS; OLIVEIRA-JR, s/d, p.12).

Os acordos se referem a propostas de abertura de estradas de acesso aos recursos naturais feitas aos dirigentes políticos locais pelos madeireiros, numa tentativa de franquear junto ao poder político local o total acesso a madeiras de lei da Mata Atlântica, em troca da construção de infraestrutura de transporte (estradas, em geral não pavimentadas) para as mercadorias. O desenvolvimento econômico valeu-se ainda da existência da EFBM, que fora iniciada ainda durante o Império, em 1881. Após desativada a EFBM foi aberta a estrada federal BR 418, que cortava o território do extremo sul, intensificando a extração e o comércio madeireiro. Quando, nos primeiros anos da década de 1970, concluiu-se o trecho regional da BR-101 são viabilizadas melhores condições para a circulação comercial (CERQUEIRA NETO, 2012). O avanço da economia extrativista fez com que, inclusive, o preço das madeiras se elevasse, favorecendo o comércio para outros estados.

A chegada de um escritório da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) à Bahia no final dos anos 1950 visou estruturar projetos desenvolvimentistas para o estado (MAGALHÃES, 2015). O Estado brasileiro buscou prover investimentos – capital, trabalho e conhecimento – nas regiões periféricas da economia nacional, para promoção do desenvolvimento socioeconômico e político local e regional. No

caso do Nordeste brasileiro o objetivo central era modernizar e integrar a região à economia nacional, visando reduzir desigualdades regionais.

Na década de 1950 algumas ações governamentais do governo baiano pareciam querer promover políticas de desenvolvimento (CERQUEIRA-NETO, 2011). Um exemplo foi a criação, em 1954, da Comissão de Planejamento Econômico do Estado (CPE) (SANTOS, 2017). A CPE procurou coordenar as ações do estado em prol de um desenvolvimento econômico estadual mais integrado. No extremo sul, por exemplo, a estrutura produtiva anterior à década de 1940 era tradicional, tendo por base a pequena produção agrícola, grande parte dela para a subsistência dos produtores locais. Quando mais tarde cresce a demanda externa para certos produtos locais, notadamente madeiras nobres, gradualmente há o incremento do povoamento na região. Inicia-se o deslocamento de populações rurais para as atividades de extração e comercialização. Tais atividades possibilitaram o aumento de capital comercial na região.

No extremo sul da Bahia mesmo a ação política mais planejada não significou processos imediatos de desenvolvimento social e econômico, nem levou a incremento de urbanização, demonstrando que a cobertura das ações da CPE e da SUDENE tinha efeitos muito reduzidos nas regiões economicamente atrasadas do estado. Segundo Cerqueira-Neto (2011, p.11), “a região nunca foi, efetivamente, uma área de projeto de desenvolvimento da Bahia, mas um prolongamento das atividades do Sudeste, o que vai ser decisivo na sua formação sociocultural”. O estímulo econômico inicial do desenvolvimento do extremo sul, portanto, foi dado não pelo poder público estadual, mas pelas trocas comerciais regionais com os capitais instalados fora do estado da Bahia.

O avanço socioeconômico inicial do extremo sul deu-se no vazio de políticas públicas: “Até o início da década de sessenta [...] a região ainda apresentava um quadro de isolamento e atraso econômico” (KOOPMANS, 2005, p.52). O extremo sul da Bahia manteve-se praticamente isolado pelo menos até o início da década de 1960, apesar das políticas nacionais de desenvolvimento e da CPE baiana.

Até os 1950 as estruturas governamentais do estado não chegavam ao extremo sul da Bahia, a despeito de algumas iniciativas de governos baianos de integração econômica e política. Em meio a esse vácuo, empresários, fazendeiros, aventureiros e grupos políticos locais uniram-se na instalação de empreendimentos e investimentos financeiros capazes de suprir condições suficientes para a extração e comercialização de madeiras nativas da Mata Atlântica, valendo-se da infraestrutura presente: rios, ferrovias, estradas, etc.

Somente quando um sistema de distribuição organizou-se em uma rede de comércio interestadual, possibilitando até mesmo atingir o mercado externo, a demanda de produtos do extrativismo madeireiro ultrapassou, em quantidade, a oferta. Isso porque as “madeiras nobres” são produtos de imensa procura no mercado e a sua condição de recurso não renovável no curto e médio prazo.

A impossibilidade de extração permanente de “madeiras nobres” é um dos fatores que explica a atração por estas “mercadorias de luxo” e a manutenção da procura quase sempre acima da oferta no mercado. Por um lado, essa condição econômica levou ao incremento populacional no extremo sul sobre áreas de floresta. O deslocamento de população rural para atividades de extração madeireira e atividades proto-urbanas e urbanas diversas expande a criação/ampliação de espaços humanos.

Havia maior população empregada na atividade rural do que na urbana na região ao longo dos anos 1970 (CERIS, 1966). Além disso, o campo estava se mecanizando. Para se ter uma ideia, entre 1950 e 1960 o número de aquisição de tratores no extremo sul aumentou consideravelmente, indicando a importância da atividade econômica rural. O dado é significativo para indicar a expansão das fazendas de médio e grande porte. Os empreendimentos madeireiros, sobretudo o crescimento vigoroso da abertura de serrarias nesse período, e o maior emprego de tratores no campo podem indicar também a ampliação considerável do desflorestamento (CERIS, 1966). Por outro lado, a força de trabalho barata e sem proteção social seguiu sendo a realidade dos trabalhadores do campo.

Em 1950 são estimados 140 estabelecimentos que empregavam em média 506 trabalhadores madeireiros, com produção anual de valor estimado em mais de cem milhões de cruzeiros (CERIS, 1966). A maior parte desses estabelecimentos pertencia a Caravelas (42) e Alcobaça (23). Em Mucuri 04 estabelecimentos empregavam juntos 74 trabalhadores. O setor empregava em Medeiros Neto e Caravelas 131 e 126 trabalhadores diretos, respectivamente.

Em 1950 a expansão do povoamento no interior do extremo sul da Bahia ainda era moderada. Contudo, dados cartográficos e demográficos do extremo sul levantados em 1965 apresentam uma série de povoados e distritos em franco crescimento populacional, gerando desenvolvimento urbano para além das fronteiras de contato direto entre Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, em direção ao interior do extremo sul (CERIS, 1966, p.107). São exemplos os povoados e distritos de Boa Esperança, Água Limpa, Nova Lídice, Santo Antônio de Barcelona e Cachoeira do Mato, dentre outros. Na entrada dos anos 1960 o avanço populacional pode ter sido influenciado também pela implantação da BR-5, antecessora da atual BR 101, resultado da aplicação dos objetivos de infraestrutura de transporte rodoviário presentes no Plano de Metas do governo do presidente Juscelino Kubitschek. O Plano de Metas de JK oportunizou investimentos e facilidades fiscais no intuito de promover modernização econômica, principalmente com o reforço da industrialização, e integração nacional.

A cidade litorânea de Caravelas nos anos 1950 ainda é o centro econômico regional do extremo sul (CERQUEIRA-NETO, 2012). Pequenos e médios produtores agrícolas investiram em lavouras comerciais. Por outro lado, novas configurações vão se processando em torno do extrativismo madeireiro e da pecuária, gerando povoados, conflitos por terras, disputas jurídicas e violência. Aos poucos o avanço socioeconômico no interior do extremo sul vai se tornando relativamente autônomo

em relação à economia litorânea. Com a implantação das rodovias federais ao longo das décadas de 1960 e 1970 o processo de autonomização se acentua, sendo a emancipação de municípios como Eunápolis e Teixeira de Freitas nos anos 1980 a expressão política do avanço econômico. Isso não significa ausência de oligarquias locais, mas a formação de novas.

O que se ressalta com essa dinâmica trazida ao extremo sul entre os anos 1950-70, primeiro pela ação do extrativismo madeireiro sistemático, e pela pecuária extensiva logo em seguida, são as marcas de uma formação social cujo incremento da riqueza e do poder teve por base a estrutura fundiária concentrada e autoritária. A introdução da cacauicultura na porção nordeste do extremo sul baiano, por exemplo, estimulou o povoamento no litoral, mas não no seu interior, muito menos pode ser relacionado como fator de peso na urbanização além do litoral. São os resultados do extrativismo madeireiro sistemático que levou ao crescimento populacional significativo do território, nutrido com fluxos crescentes de migração.

O mercado de madeiras em expansão levou à “extração madeireira sistemática” e significou a exploração permanente dos recursos naturais, com a adoção de métodos e técnicas propriamente capitalistas de produção e comércio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização do interior do extremo sul ocorre entre os anos 1950 e 1970. Os principais vetores do desenvolvimento econômico regional foram o extrativismo madeireiro, a pecuária bovina extensiva e, em menor medida, a agricultura.

O processo de povoamento capitalista da região iniciou-se com a exploração da floresta atlântica em busca de madeiras nativas nobres, com o aproveitamento das terras para criação de gado, ao que se acresceu, posteriormente, a agricultura.

Gradativamente, o vetor de desenvolvimento econômico do extremo sul saiu da orla litorânea e das cidades fronteiriças de Minas Gerais, até consolidar-se na sub-região entre Teixeira de Freitas e Eunápolis. Esta sub-região compõe o núcleo do extremo sul da Bahia já nos anos 1970, embora as emancipações destas localidades só aconteçam ao longo da década de 1980.

REFERÊNCIAS

A POSSE ilegal de terras provoca mortes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, s/p, 15 mai. 1977.

CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais). **Estudos sócio-religiosos**. Parte I: estudo sócio-econômico. Rio de Janeiro, 1966, n. 4. 326 p. Mimeografado.

CERQUEIRA-NETO, Sebastião. O Extremo Sul da Bahia que não pertence a Bahia: da fragmentação estadual à busca de uma identidade regional. **Caminhos da Geografia**. Universidade Federal de Uberlândia, 2011. (Revista Eletrônica).

_____. Construção geográfica do Extremo Sul da Bahia. **Revista de Geografia (UFPE)**. Recife,

2013. (Revista Eletrônica).

HOOIJ, Frei Elias. **Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia**: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011.

KOOPMANS, Padre José. **Além do eucalipto**: o papel do Extremo Sul. 2ed. Teixeira de Freitas-Ba: DDH/CEPEDES, 2005.

MAGALHÃES, C; FAVERETO, A.; BUZATO, H. Território do Extremo Sul da Ba: avanços e limites para um desenvolvimento com coesão social. In. XVI ENANPUR, 2015, Belo Horizonte. **Anais do XVI ENANPUR**. Belo Horizonte, 2015.

OLIVEIRA-JR. Aílton. **Ocupação e desenvolvimento do espaço urbano teixerense (1950–1970)**. Teixeira de Freitas-Ba: UNEB, 2014. Monografia de Graduação (Licenciatura em História).

SANTOS, Márcio. **Formação Social do Extremo Sul da Bahia (1948-1972)**: Extrativismo, Trabalho e Meio Ambiente. Teixeira de Freitas-Ba, 2017. (Projeto de Pesquisa).

SANTOS, Márcio; OLIVEIRA-JR, Aílton. **Desenvolvimentismo e urbanização do extremo sul da Bahia (1950-1970)**. Teixeira de Freitas-Ba: Uneb, s/d. 15 p. (Texto não publicado. Circulação interna).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-391-0

